

Augusto César Leite de Resende

**O FUTURO DO SISTEMA
INTERAMERICANO DE DIREITOS
HUMANOS É DOMÉSTICO**

Appris
Editora

Editora Appris Ltda.

1.ª Edição - Copyright© 2020 dos autores

Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nos 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte

Elaborado por: Josefina A. S. Guedes

Bibliotecária CRB 9/870

R433f Resende, Augusto César Leite de
2020 O futuro do sistema interamericano de direitos humanos é doméstico / Augusto César Leite de Resende. - 1. ed. - Curitiba : Appris, 2020. 307 p. : 23 cm. - (Direito e constituição).

Inclui bibliografias
ISBN 978-65-5820-205-9

1. Direitos humanos. 2. Direito constitucional. 3. Sentenças.
4. Improbidade administrativa. I. Título. II. Série.

CDD - 341.48

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Editora e Livraria Appris Ltda.
Av. Manoel Ribas, 2265 - Mercês
Curitiba/PR - CEP: 80810-002
Tel. (41) 3156 - 4731
www.editoraappris.com.br

Printed in Brazil
Impresso no Brasil

SUMÁRIO

1	
INTRODUÇÃO	17
2	
A PROTEÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS: O ENTRELAÇAMENTO DAS ORDENS JURÍDICAS	23
2.1 A EMERGÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO DO CONSTITUCIONALISMO E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: DO NACIONAL AO INTERNACIONAL	23
2.2 A INTERNALIZAÇÃO DA CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS E DO PROTOCOLO DE SAN SALVADOR NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: A NECESSIDADE DE UM NOVO OLHAR.....	40
2.3 A RELAÇÃO DA ORDEM JURÍDICA NACIONAL COM O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS À LUZ DO PLURALISMO CONSTITUCIONAL	73
2.4 A TUTELA MULTINÍVEL DOS DIREITOS HUMANOS NO MARCO DO CONSTITUCIONALISMO COMPENSATÓRIO E DO <i>IUS CONSTITUTIONALE COMMUNE</i> : A INTERDEPENDÊNCIA ENTRE O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS ..	92
3	
O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE COMO FERRAMENTA DE CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO DOMÉSTICO	111
3.1. O ESTADO DE DIREITO: A LIMITAÇÃO DO PODER DO LEVIATÃ PELOS DIREITOS HUMANOS E A SUA PROTEÇÃO E PROMOÇÃO.....	114
3.2 CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE SOB A ÉGIDE DO PLURALISMO CONSTITUCIONAL	122
3.3 O CONTROLE JUDICIAL DE CONVENCIONALIDADE E O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	132
3.3.1 O Exercício Obrigatório do Controle de Convencionalidade.....	135
3.3.2 O Controle de Convencionalidade no Âmbito da Jurisdição Interna ..	144

3.4 OS PRECEDENTES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS COMO PARADIGMA DE CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE: UMA RELEITURA A PARTIR DO PLURALISMO CONSTITUCIONAL.....	153
--	-----

4

O PAPEL DA ORDEM JURÍDICA DOMÉSTICA NA EFETIVIDADE DAS SENTENÇAS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.....

O PAPEL DA ORDEM JURÍDICA DOMÉSTICA NA EFETIVIDADE DAS SENTENÇAS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.....	179
4.1 A FORÇA OBRIGATÓRIA DAS SENTENÇAS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.....	181
4.2 A RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS INTERNOS PELO DESCUMPRIMENTO DAS SENTENÇAS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	196
4.2.1 Notas Introdutórias	196
4.2.2 A Responsabilidade do Agente Público Brasileiro por Ato de Improbidade Administrativa em Razão do Descumprimento das Sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos	213
4.2.2.1 Sujeito passivo.....	214
4.2.2.2 Sujeito ativo.....	216
4.2.3 Tipologia dos atos de improbidade administrativa.....	220
4.2.4 Elemento Subjetivo: Dolo ou Culpa	227
4.3 CASO FAVELA NOVA BRASÍLIA VS. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: A RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS NACIONAIS	238

5

CONCLUSÃO	261
REFERÊNCIAS	271
ÍNDICE REMISSIVO	305